

JANEIRO 2019

Diretor:  
João Dias da Silva

Jornal  
online

Federação Nacional  
da Educação



P.22, P.23 - ARRANCOU EM MAFRA  
A INICIATIVA 'AGIMOS JUNTOS'

Campanha percorre o país

P.3 À P.10

# BANDEIRA DE EXIGÊNCIA

## NESTA EDIÇÃO

P.2 - EDITORIAL | P.11 À P.15 - MARIA DA GRAÇA CARVALHO: TEMOS QUE CRIAR UM ECOSISTEMA DE INOVAÇÃO EM PORTUGAL | P.16 À P.18 - ENSINO PROFISSIONAL TEM DE SER MAIS VALORIZADO | P.19 - FNE E FESAP ANUNCIAM CONCENTRAÇÃO E GREVE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA 14 E 15 DE FEVEREIRO | P.20 - GOVERNO TEM DE RESPEITAR DOCENTES E ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA | P.21 - TRABALHADORES NÃO DOCENTES TÊM DE SER RESPEITADOS | P.24, P.25 - DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA JANEIRO DE 2019 | P.26 - OBJETIVO DO SIADAP FOI CONGELAR REMUNERAÇÕES | P.27 À P.29 - CONCURSO NACIONAL ERA UMA VEZ O 1º DE MAIO | P.30 À P.33 - CAMPANHA DE ANGARIAÇÃO DE FUNDOS PARA KELICAI

# Editorial



## AGORA, A GREVE

É enorme, incompreensível e inaceitável a insensibilidade social do Governo em relação à generalidade dos Trabalhadores da Administração Pública, quer em termos de valorização salarial, quer em termos de desenvolvimento de carreiras.

Estamos a viver o mais longo período de tempo da nossa Democracia sem aumentos salariais na Administração Pública. Desde 2009 que, não só não há aumentos salariais, como neste mesmo período de tempo sofremos redução de salários, aumento de IRS, aplicação de uma sobretaxa de IRS e uma imensa carga fiscal. E, ao fim desta década, só no final deste ano é que se verificará a atribuição do salário, com o mesmo valor nominal bruto que tinha em 2009, sendo certo, de qualquer modo, que, por efeito da aplicação das tabelas do IRS, o valor líquido que cada Trabalhador vai receber será ainda inferior ao de 2009.

O Governo engana a Sociedade ao dizer que com a reposição dos salários está a definir aumentos salariais. Não é verdade! Reposição dos salários não é valorização dos salários!

O Governo decidiu, e bem, definir um novo valor para o salário mínimo nacional na administração pública, e até superior ao que os patrões aceitaram definir para o salário mínimo nacional do setor privado.

Mas o Governo esqueceu que, com este aumento, promove um esmagamento injusto em relação aos níveis remuneratórios seguintes, fazendo com que trabalhadores com muitos anos de serviço fiquem com um salário idêntico ao daqueles que agora entrarem para a Administração Pública. É injusto, é inaceitável!

Por outro lado, o Governo tarda em cumprir a norma do Orçamento de Estado que determina que seja estabelecido em negociação o prazo e o modo para a recuperação integral do tempo de serviço congelado aos Educadores e Professores portugueses, 9 anos, 4 meses e 2 dias. É imprescindível que essa negociação comece já.

É para denunciar esta desvalorização efetiva dos Trabalhadores da Administração Pública que se torna incontornável avançar para a greve. E é por esta razão que os Trabalhadores da Administração Pública vão estar em greve nos dias 14 e 15 de fevereiro e vão realizar uma concentração de protesto em frente ao Ministério das Finanças, na tarde do dia 14 de fevereiro. Agora, a resposta é a Greve.

João Dias da Silva  
Secretário-Geral

# fine

# FNE: "O Governo que venha para a negociação empenhado em alcançar a concertação"



A FNE, juntamente com as restantes organizações sindicais de professores, esteve a 3 de janeiro, na residência oficial do Primeiro-Ministro, tendo sido recebidas pelo assessor económico da Presidência do Conselho de Ministros, Diogo Serra Lopes. Este encontro, solicitado por este conjunto de organizações sindicais, teve como objetivo demonstrar a disponibilidade para, de acordo com o previsto na Lei do Orçamento de Estado para 2019, se iniciarem as negociações para a recuperação do tempo de serviço congelado aos professores de 9 anos, 4 meses e 2 dias.

Nesta oportunidade, foi entregue o mesmo documento que já tinha sido apresentado no passado dia 18 de dezembro de 2018, no Ministério da Educação, por ocasião da negociação suplementar sobre esta mesma matéria, e no qual se concretiza uma proposta negocial para a recuperação total do tempo de serviço

congelado, tendo sido sublinhado que o que tem de estar na mesa de negociação é o modo e o prazo como esta recuperação poderá ser feita.

Por outro lado, nesta mesma reunião, foi anunciado que no mesmo dia estava a ser lançado por todas as organizações sindicais nas escolas, um abaixo-assinado para que se recolhesse o maior número possível de assinaturas de professores, de forma a ser demonstrado ao Governo o empenho de todos os docentes para que esta situação ficasse rapidamente resolvida.

A FNE lembrou que, ao contrário do que se tem querido fazer crer, os sindicatos não se têm fechado em soluções únicas, tendo aliás mostrado disponibilidade e abertura para outras soluções. Deste modo, entende-se que a solução a encontrar poderá articular outras matérias, como o acesso à aposentação, ou os constrangimentos no acesso aos

5º e 7º escalões, ou outras ainda que possam vir a ser consideradas, de forma a encontrarem-se respostas adequadas aos diversos grupos de professores que estão a sofrer com esta não contabilização do tempo de serviço que esteve congelado.

Aliás, este foi o nosso objetivo durante todo o ano de 2018, mas a verdade é que durante todo este período de tempo, o Governo se recusou a ouvir as diferentes propostas que eram levadas à mesa de negociação.

A FNE esperava que com este novo quadro, com novos dados, se partisse para uma nova negociação em 2019, reiterando o seu empenho no valor e importância do diálogo e da concertação, e esperando que o Governo viesse para este novo período negocial também com espírito aberto e empenhado para se alcançar a concertação.

# FNE: "O Governo tem desrespeitado os professores e a Assembleia da República"

O Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva esteve na Assembleia da República, em conjunto com as restantes organizações sindicais, para uma audiência com a Comissão de Educação e Ciência.

Este encontro teve como principal propósito apresentar as preocupações relacionadas com o desenvolvimento do processo negocial para a recuperação integral do tempo de serviço congelado, 9 anos, 4 meses e 2 dias.

## **Declaração do Secretário-Geral da FNE na audiência com a Comissão de Educação e Ciência:**

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Em nome das dez organizações sindicais de professores que solicitaram a presente audiência, cumpre-me agradecer a pronta disponibilidade para acolherem o nosso pedido e marcarem este encontro.

Em relação à matéria que sustentou o pedido de audiência, devemos começar por referir que o respetivo

contexto se alterou. Com efeito, verificou-se que desde que a audiência foi solicitada até hoje, já o Governo aprovou um Decreto-Lei que determinava a consideração de apenas 2 anos, 9 meses e 18 dias de todo o tempo de serviço que tinha sido congelado, o qual foi devolvido pelo Senhor Presidente da República, sem promulgação, invocando a formalidade de a negociação que deveria suportar aquele projeto de diploma legal estar prevista no Orçamento de Estado para 2019 e portanto só depois da sua entrada em vigor é que poderia ser concretizada.

Não ignoramos também que, na sequência desta decisão, o Governo, nomeadamente o Senhor Ministro das Finanças assegurou, como não poderia deixar de ser, que o Governo realizaria a negociação prevista na Lei do Orçamento de Estado.

É neste contexto novo que hoje nos encontramos.

Têm V.Exas. acompanhado de perto o desenvolvimento deste processo e a ele se têm referido sob as mais variadas formas, no âmbito do trabalho desta Assembleia da República.

A verdade é que a Lei do Orçamento de Estado para 2019 teve de incluir uma norma idêntica à que tinha sido votada no Orçamento de Estado para 2018 sobre a recuperação do tempo de serviço congelado, por verificar que o Governo não tinha cumprido a orientação que lhe tinha sido determinada para que, também em relação às carreiras especiais da Administração Pública, garantisse a recuperação integral do tempo de serviço congelado até 31 de dezembro de 2017, negociando com as Organizações Sindicais setoriais o tempo e o modo em que essa recuperação deveria ocorrer.

Aliás, essa orientação constava da Declaração de Compromisso assinada em 17 de novembro de 2017 entre as Organizações Sindicais representativas de Docentes e o Governo.

Para as Organizações Sindicais de Docentes, era claro que a contabilização do tempo de serviço, tal como acontece em relação às carreiras gerais da Administração Pública, determinava que o tempo a recuperar deveria ser de 9 anos, 4 meses e 2 dias.

Em relação aos Docentes, o Governo realizou um conjunto de reuniões em que, em permanente desacordo com todas as organizações sindicais de docentes, procurou limitar a discussão à determinação da quantidade de tempo que deveria ser recuperada, acabando por tentar impor uma solução em que reduzia aquela recuperação a 2 anos, 9 meses e 18 dias, o que seria estabelecido num Decreto-Lei aprovado em reunião de Conselho de Ministros de 4 de outubro passado e novamente aprovado em reunião de 20 de dezembro de 2018.





Tendo apresentado o primeiro projeto de Decreto-Lei às Assembleias Regionais da Madeira e dos Açores para parecer, o Governo viu a sua proposta rejeitada por ambas, tendo mesmo o Governo Regional da Madeira adotado já Legislação que garante aquela recuperação e o Governo Regional dos Açores concluído a negociação relativamente ao prazo e ao modo da recuperação de todo o tempo de serviço congelado.

O Governo chamou as Organizações Sindicais de Docentes para um simulacro de negociação que ocorreu no dia 5 de dezembro, numa reunião em que todas denunciaram a efetiva incapacidade negocial do Governo, que se manteve intransigentemente em incumprimento das normas do Orçamento de Estado de 2018, uma vez que tentou obter a concordância para a aceitação da consideração do pequeno pacote de tempo em que quer traduzir o direito dos educadores e professores portugueses. Aliás, foi na sequência desta reunião que a presente audiência foi solicitada.

Na sequência desta reunião, as Organizações Sindicais apresentaram uma contraproposta que repete as normas que constam do diploma adotado na Região Autónoma da Madeira.

O Governo tudo fez para passar de 2018 para 2019 sem cumprir o que a Lei do Orçamento de Estado para 2018 determinava quanto ao direito dos docentes portugueses à recuperação integral daquele tempo.

Procurou instilar na sociedade portuguesa uma reação de rejeição em relação aos professores, através da mítica e repetida verba de 600 milhões de euros como o incompor-

tável e insustentável peso do impacto da recuperação daquele tempo, sem nunca provar aquele número com contas claras e consistentes.

Promoveu um conjunto de reuniões com as Organizações Sindicais, recusando sistematicamente tratar do que a Lei do Orçamento de Estado determinava, insistindo sempre na interpretação errada de que o que estava a ser negociado era a quantidade de tempo que deveria ser recuperado.

Depois, quis fazer um exercício de transformação, querendo fazer de conta que os 9 anos, 4 meses e 2 dias afinal eram só 2 anos, 9 meses e 18 dias e que neste número mágico e sem consistência estava a recuperar todo o tempo de serviço, tentando dessa forma ludibriar o que a Lei do Orçamento de Estado e a Assembleia da República lhe impunham.

Arrastou o processo de marcação de reuniões, com intervalos excessivos, e procurando colocar na opinião pública a ideia de que os Sindicatos eram intransigentes e irrealistas, quando a intransigência esteve sempre do lado do Governo que foi quem se fixou desde o início na recusa da consideração integral do tempo de serviço congelado.

Procurou gerir as expetativas dos docentes portugueses, ora afirmando estar aberto ao diálogo e a soluções que integrassem aspetos do desenvolvimento da carreira, para a seguir se afirmar inflexível no caminho de sentido único em que se tinha colocado, para depois anunciar que via aproximações muito grandes em relação às perspetivas de ambas as partes, para finalmente se fixar na proposta que era a exata reprodução do seu ponto de partida.

Desta forma, o Governo quis passar o ano de 2018, insensível às greves, às manifestações, às concentrações, ao sentimento de insatisfação que afinal promoveu entre todos os docentes portugueses, desvalorizando ainda para cúmulo as organizações sindicais e o seu papel.

Na nossa perspetiva, o Governo tem vindo a desrespeitar os professores portugueses e a própria Assembleia da República, ao ignorar que, na sua maioria, esta define que o tempo congelado é todo para contar.

Neste momento, acentua-se o isolamento do Governo, com a aprovação nas Regiões Autónomas de legislação que, para efeitos de desenvolvimento da carreira dos professores, considera todo o tempo de serviço que esteve congelado.

Mas, mais do que o isolamento, a tentativa do Governo para considerar apenas uma parte do tempo de serviço congelado determinaria uma violação do princípio da igualdade, numa matéria que não pode estar sujeita a tais diferenciações entre as partes que constituem o todo nacional, tendo particularmente em linha de conta, as condições de mobilidade que entre elas se operam.

Senhoras e Senhores Deputados  
Conheceis bem esta problemática. A nossa vinda aqui hoje justifica-se pela necessidade de vos expormos a necessidade de que seja exercida a ação fiscalizadora que aqui tem de ter lugar sobre a ação do Governo.

A Assembleia da República foi clara na orientação que determinou ao Governo e não aceitamos que este invoque falta de precisão nos termos que estão definidos para a negociação que vai ter de decorrer.



## Iniciativa "942 - Só queremos o que é nosso" arrancou dia 11, no Porto

A FNE lançou no dia 11 de janeiro, a iniciativa "942 - SÓ QUEREMOS O QUE É NOSSO". Esta campanha, que percorre as dezoito capitais de distrito do Continente, e que arrancou no Porto, na Praça da Liberdade, consiste no desfraldar de uma enorme bandeira em que a mensagem "942 - Só queremos o que é nosso" e recebe o apoio de centenas de docentes que a vão assinar.

Esta bandeira seguiu depois para Bragança e prosseguiu uma viagem que a conduziu às diferentes capitais de distrito e que vai terminar em Lisboa, dia 8 de fevereiro, em frente à Residência Oficial do Primeiro-Ministro, em São Bento.

Com esta ação, a FNE visa mostrar ao Governo e ao Ministério da Educação que não desiste de lutar pelo direito da recuperação integral do tempo de serviço congelado aos professores portugueses.

A FNE sublinha com esta atividade a

total disponibilidade para o retomar das negociações com o Governo, mas também a intransigência na luta pelo objetivo de a contabilização do tempo de serviço, tal como acontece em relação às carreiras gerais da Administração Pública, ser de 9 anos, 4 meses e 2 dias e em cumprimento do que estabelece a Lei do Orçamento de Estado para 2018.

Para a FNE seria inadmissível que o Governo quisesse repetir em 2019 a estratégia que adotou em 2018, o que, a acontecer, constituiria uma atitude de desrespeito inaceitável, quer em relação à Assembleia da República, quer em relação aos Educadores e Professores portugueses.

Pela nossa parte, a campanha "942 - Só queremos o que é nosso" é a nossa bandeira para denunciar todas as situações que não constituam o cumprimento, pelo Governo, da responsabilidade que agora lhe foi de novo entregue e de na

sequência, adotar as medidas que forem adequadas.

Nós não desistimos do que é de direito e de justiça. Não abdicaremos de um único dia dos 9 anos, 4 meses e 2 dias de trabalho efetivo que tem de ser recuperado.

**Em fevereiro a campanha "942 - Só queremos o que é nosso" vai passar por:**

1 fevereiro - Évora - Évora Hotel - 20h00m

4 fevereiro - Faro - Praça D. Francisco Gomes - 11h00m

5 fevereiro - Beja - Rua Capitão João Francisco de Sousa - 12h00m

7 fevereiro - Lisboa - Escola Secundária Josefa de Óbidos - entre as 10h00m e as 11h00m

8 fevereiro - Lisboa



# 942

NÃO DESISTIMOS!



## FNE exige que o Governo retome as negociações



Professores e Educadores de todo o País estiveram hoje reunidos em concentração e Plenário Nacional em frente ao Ministério da Educação (ME), onde foi aprovada uma Moção que foi entregue seguidamente nesse mesmo Ministério.

Seguiu-se um desfile até à Presidência do Conselho de Ministros (PCM), na Rua Professor Gomes Teixeira, onde a FNE, através do seu Secretário-Geral reforçou que não abdicamos de um único dia dos 9 anos, 4 meses e 2 dias de trabalho efetivo que tem de ser recuperado, o que aliás está a ser expresso de uma forma muito dinâmica através da Bandeira “942 – só queremos o

que é nosso” que está a percorrer todo o País.

Após as intervenções, as organizações sindicais deslocaram-se à PCM para entregar a Moção aprovada no início desta ação e reiterar a sua exigência de que se retomem as negociações sobre a recuperação integral do tempo de serviço com a FNE a voltar a demonstrar que está inteiramente disponível para que o processo negocial seja rapidamente retomado e que o Governo deve assumir a orientação que muito claramente a Assembleia da República lhe determina, isto é, que a negociação deve ocorrer sobre o prazo e o modo como deve ser garantida a recuperação

integral do tempo de serviço congelado.

Este Plenário, que contou com representantes sindicais, Professores e Educadores de todo o país foi uma tomada de posição que surge como consequência da ausência de marcação de qualquer reunião de negociação nos termos do que estabelece a Lei do Orçamento de Estado para 2019, para além de registar a indisponibilidade do Governo para tratar de outras matérias prementes sobre a atividade docente que continuaram sem resolução.

A FNE não desiste do que é de direito e de justiça.



# 942

**NÃO DESISTIMOS!**



# Abaixo-assinado 942 mobilizou milhares de assinaturas de Educadores e Professores

Outra das iniciativas que preencheram este mês de luta da FNE passou pela divulgação de um abaixo-assinado criado em conjuntos com os sindicatos de professores que englobam a plataforma de negociação.

Neste documento os PROFESSORES RECLAMAM NEGOCIAÇÃO, APENAS, DO MODO E DO PRAZO E EXIGEM JUSTIÇA E RESPEITO PELA SUA VIDA PROFISSIONAL.

Os professores e educadores que assinam este abaixo-assinado rejeitam ser discriminados e exigem assim a recuperação de todo o tempo de serviço cumprido.

Não é aceite tratamento diferente do que é dado à generalidade dos trabalhadores da Administração Pública e aos seus colegas das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, pelo que exigem do Governo:

**1. Tratamento justo e respeito pela sua vida profissional!**

**2. A recuperação total do tempo de serviço cumprido nos períodos de congelamento: 9 anos, 4 meses e 2 dias;**

**3. A adoção de um faseamento, com produção de efeitos em 1 de janeiro de 2019, semelhante ao que já vigora na Região Autónoma da Madeira;**

**4. A possibilidade de, por opção do docente, o tempo a recuperar ser considerado para efeitos de aposentação.**

A razão dos professores foi reforçada pela posição da Assembleia da República, que manteve no OE para 2019 a norma que limita a negociação ao modo e ao prazo da recuperação, pelos pareceres das Assembleias Regionais da Madeira e dos Açores e pelo veto do Senhor Presidente da República ao decreto-lei do Governo que apagava mais de 6,5 anos de tempo de serviço. Caso o Governo insista em manter a discriminação, os professores e educadores comprometem-se a lutar, com convicção e determinação, pelo que é seu: o tempo de serviço que cumpriram, pode ler-se no documento que pode ser assinado **AQUI**.



**ABAIXO-ASSINADO**  
**9 ANOS 4 MESES 2 DIAS**  
**PROFESSORES RECLAMAM NEGOCIAÇÃO, APENAS, DO MODO E DO PRAZO**  
**E EXIGEM JUSTIÇA E RESPEITO PELA SUA VIDA PROFISSIONAL**

Os professores e educadores abaixo-assinados rejeitam ser discriminados e exigem a recuperação de todo o tempo de serviço cumprido.

Não aceitar tratamento diferente do que é dado à generalidade dos trabalhadores da Administração Pública e aos seus colegas das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, pelo que exigem do Governo:

1. Tratamento justo e respeito pela sua vida profissional!

2. A recuperação total do tempo de serviço cumprido nos períodos de congelamento: 9 anos, 4 meses e 2 dias.

3. A adoção de um faseamento, com produção de efeitos em 1 de janeiro de 2019, semelhante ao que já vigora na Região Autónoma da Madeira.

4. A possibilidade de, por opção do docente, o tempo a recuperar ser considerado para efeitos de aposentação.

A razão dos professores foi reforçada pela posição da Assembleia da República, que manteve no OE para 2019 a norma que limita a negociação ao modo e ao prazo da recuperação, pelos pareceres das Assembleias Regionais da Madeira e dos Açores e pelo veto do Senhor Presidente da República ao decreto-lei do Governo que apagava mais de 6,5 anos de tempo de serviço. Caso o Governo insista em manter a discriminação, os professores e educadores comprometem-se a lutar, com convicção e determinação, pelo que é seu: o tempo de serviço que cumpriram.

| NOME | ASSINATURA |
|------|------------|
|      |            |
|      |            |
|      |            |
|      |            |
|      |            |

# Abaixo-Assinado

# 942

**PELA NEGOCIAÇÃO DO MODO E DO PRAZO  
DA CONTAGEM INTEGRAL DO TEMPO DE SERVIÇO**

# Assina já!

## NÃO DESISTIMOS!

# **CICLO DE 2018 CONFERÊNCIAS**

Educação e Formação  
para um desenvolvimento  
sem desigualdades

**Porto | Funchal | Faro | Ponta Delgada | Évora  
Coimbra | Braga | Viseu | Bragança | Lisboa**



UNIVERSIDADE  
FERNANDO PESSOA



## Maria da Graça Carvalho: Temos que criar um ecossistema de inovação em Portugal



Transformar a informação em conhecimento, aproveitar melhor os recursos humanos nas necessidades do país, mais ensino superior na coesão social e territorial e universidades mais ligadas às regiões foram as principais propostas dos conferencistas Rui Estrada (Universidade Fernando Pessoa) e Maria da Graça Carvalho (membro da Unidade Aconselhamento Científico da Comissão Europeia), na oitava e penúltima conferência do Ciclo de Conferências 2018 - Educação e Formação para um desenvolvimento sem desigualdades, que decorreu no dia 12 de janeiro, no Altice FORUM Braga, nesta cidade, em mais uma parceria da FNE, UGT, CEFOsap, ISCTE-IUL e Universidade Pessoa.

A sessão de abertura esteve a cargo de João Dias da Silva (Secretário-Geral da FNE) e Carlos Silva (Secretário-Geral da UGT), que enalteciram

a organização deste ciclo de conferências, sublinhando o seu contributo para um virar de página na política educativa nacional.

O Secretário-Geral da FNE deu as boas vindas aos oitenta participantes, frisando que “a oferta de educação é geralmente associada a preocupações de emprego e economia, mas tem que ser sempre olhada com a preocupação de equidade”.

João Dias da Silva afirmou que os tempos não têm sido fáceis para docentes e não docentes, e que para termos uma educação de qualidade é preciso motivar e valorizar todos os trabalhadores da educação. Para um desenvolvimento sem desigualdades, acentuou que os contextos são muito importantes e que a escola pode fazer a diferença numa educação e formação com equidade.

“No final deste ciclo de conferências”, explicou, “entregaremos um documento ao Ministério da Educação sobre a perceção da sociedade para a garantia de previsibilidade e qualidade do sistema educativo”.

Carlos Silva, Secretário-Geral da UGT, começou por recordar a falta de 811 assistentes operacionais nas escolas, e perguntou quem pode garantir uma sociedade sem desigualdades se não tivermos serviços públicos de excelência? A saúde é importante, notou, mas a Educação é fundamental. Para o Secretário-Geral da UGT se o fator trabalho é desvalorizado por muitos ele tem que ser reconhecido pelo Estado. E hoje não desistir “é uma maneira de reivindicar a cidadania e a própria Democracia”.

## A CRISE DA EVIDÊNCIA E O POLITICAMENTE CORRETO

Coube a Rui Estrada a primeira conferência, subordinada ao tema A educação e a cidadania crítica no contexto adverso da crise da evidência e do politicamente correto. Para este Professor da Universidade Fernando Pessoa há dois obstáculos e contrariedades com quais se debate hoje a Educação, Formação e Cidadania, em sentido geral: uma crise da evidência (numa perspetiva política mais à direita) e uma paranóia do politicamente correto (numa perspetiva política mais à esquerda).

“Tivemos no passado um problema de acesso à informação, que era só para uma elite. Hoje temos um problema de sobreinformação, com o qual só uma elite consegue lidar”, realçou. Desta sobreinformação resultam as fake news, pelo que em Educação e Formação temos que nos preocupar com o regresso à evidência.

Rui Estrada enfatiza que a recusa da evidência está a tornar o mundo “desigual e perigoso, e a comunidade educativa confronta-se com esta questão nas escolas”. A recusa da evidência é uma atitude que desvaloriza o conhecimento, os factos, pondo, por isso, em questão e em risco a educação e a inteligibilidade, enquanto pilares fundamentais de uma sociedade racional, livre e justa. Quanto ao politicamente correto, a consequência mais grave é sermos confrontados com uma higienização e depuração discursivas que levam, em último grau, à morte do pensamento crítico, indispensável à sempre controvertida dinâmica cultural e civilizacional.

Maria Graça Moura (FNE/SPZN), Fátima Oliveira (UGT-Braga) e António Nunes (Universidade Fernando Pessoa) comentaram a conferência de Rui Estrada, concordando com a sua análise e com a necessidade de todos os profissionais da educação terem acesso a

formação, para estarem preparados para cumprir uma missão educativa cada vez mais exigente.

António Nunes referiu que o homem constrói-se como ser humano, mas que estamos a perder o pé, pois encontramos-nos todos no mesmo patamar de informação, mas não de conhecimento. Para este professor, nos últimos 20, 30 anos, principalmente depois de Roberto Carneiro, há uma grande tragédia na sistematização da formação de professores. Outra questão é que não estamos preparados para ouvir coisas ofensivas: “Nós escolhemos as nossas comunidades, mas temos que aprender a lidar com outros num espaço societário, de quem não gostamos”, afirmou António Nunes. “Discutir é difícil e a escola tem que ter espaços em que a comunicação seja uma permanência”.

No espaço de debate, Rui Leandro Maia, da Universidade Fernando Pessoa, notou que a escola não está a pensar devidamente como transformar a informação em conhecimento. Rui Estrada finalizou referindo que temos um acesso desmedido à informação e que inflacionamos a tecnologia, o que nos retira muita da nossa capacidade

de humana de refletir: “A reflexão é o que caracteriza os seres humanos. Filtrar a informação é o papel dos educadores. E isto é um problema de cidadania crítica, não só de educação”.

## MAIS COESÃO SOCIAL E TERRITORIAL

Depois de um curto intervalo, seguiu-se a conferência de Maria da Graça Carvalho, ex-Ministra do Ensino Superior, sobre Os principais desafios dos sistemas de ensino superior, ciência e inovação em Portugal, ou seja do conhecimento como um todo. A conferencista dividiu a sua conferência em três partes: desafios, o que há que fazer e quais as medidas necessárias.

A primeira reflexão de fundo foi a de que temos um sistema muito centralista, muito dependente da Administração Pública, mas também do Governo. A segunda reflexão foi sobre a necessidade de todas as instituições se terem que adaptar aos dias de hoje. Esta evolução deve seguir em duas vias paralelas: com técnicos especializados e com um outro perfil de cursos que preparem para a mudança e para a flexibilidade.





Outro ponto com muito trabalho pela frente é vermos a função da educação, do ensino superior e da ciência como motores de desenvolvimento da economia e da sociedade.

Temos cursos muito bons em várias áreas e pessoas de excelente qualidade, mas em Portugal o conhecimento fica muito confinado ao local onde é produzido e tem muita dificuldade em passar para a economia e para a sociedade.

Ou então sai para fora de Portugal e não é usado e comercializado no nosso país. Para mudarmos esta situação, refere Maria da Graça Carvalho, temos que criar um ecossistema de inovação, favorável

ao investimento estrangeiro e nacional.

Outra questão é que a distribuição não é muito lógica, pois temos recursos científicos, mas não no sítio mais adequado. “Temos que saber casar na causa pública os jovens e investigadores (muitos deles doutorados) com as necessidades reais do país, seja nas agências, nas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, seja na administração local, regional e nacional. Isto iria ajudar o emprego científico, que tem que ser visto de forma sustentável”.

Na valorização do conhecimento há uma terceira área que mencionar: a sociedade local. Para Maria da Graça

Carvalho temos muito a fazer aqui, ou seja em melhorar a ligação das instituições universitárias às regiões onde estão sedeadas.

O Campus, a cidade e a sociedade têm que estar muito próximas e oferecer formações e graus académicos a todo o tipo de estudantes, incluindo os estudantes trabalhadores, de quem muito precisamos: “Lá fora, as pessoas estão em constantes formações, graus, em constante desenvolvimento e atualização”.

“Há algo que não está bem”, salienta a ex-Ministra “e a questão do acesso tem que ser modificada com percursos flexíveis para quem vem do ensino profissional. No nosso país, a mãe com ensino superior tem uma grande influência no sucesso escolar dos filhos. Isto é bom, mas deve haver igualdade de oportunidade de sucesso”. Mais equidade significa mais diversificação.

A coesão territorial é de igual modo essencial, por exemplo as instituições do interior criarem parcerias com grau duplo com universidades de outros países.

Na internacionalização temos feito muito, mas podemos ir mais longe na aceitação do número de estudantes. Porém, temos que rever a questão do modelo de investimento com estudantes estrangeiros e com a CPLP, para aumentarmos as formas de colaboração.





Maria da Graça Carvalho frisa que para todas estas políticas é necessário apoiar mais o ensino superior sob diversas formas, como por exemplo na atualização do Estatuto da Carreira Docente, numa maior flexibilidade do RJIES (Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior), que trata todas de modo muito igual, numa contratação mais simples, na renovação dos quadros das instituições ou em mais investimento público e privado.

A conferencista também defendeu que só com um sistema de qualidade de excelência é que conseguimos a ascensão social dos nossos jovens e que aqueles que não podem contribuir com o pagamento de propinas devem ter direito a uma ação social justa, que inclua mais residências para estudantes.

A terminar, e para um maior retorno de equidade social, defendeu um acréscimo de investimento nas áreas da infância e declarou perentoriamente que para as mudanças que precisamos é necessária uma nova Lei de Bases do Sistema Educativo.

Comentando esta segunda conferência, Alexandre Dias (UGT-Braga) sublinhou que a desigualdade social privilegia um determinado grupo social e que temos que dar oportunidade a todas as famílias, não esquecendo as minorias étnicas. Para ele, há duas alternativas para muitos jovens, que são a vitimização ou o contrapoder, sendo a ignorân-

cia e incompetência mais custosas que a igualdade e equidade no sistema educativo.

Por seu lado, António Jorge Pinto (FNE/SPZN) realçou as questões de falta de coesão social e territorial e Rui Leandro Maia subscreveria para um programa de governação as linhas orientadores apresentadas por Maria da Graça Carvalho: “Precisamos de um sentido único para todo o ensino e de elevar a Ciência a todas as escolas desde tenraidade”, afirmou.

Maria da Graça Carvalho rematou referindo que precisamos de uma transição mais suave entre o ensino não superior e o superior e que um setor económico débil como o nosso dificulta um bom inter-relacionamento entre Ensino Superior e Ciência e a Sociedade: “Não podemos ter duas realidades completamente diferentes entre a Ciência e investigadores e as

necessidades da nossa sociedade”. Na sessão de encerramento, César Campos (Presidente da UGT-Braga) referiu que a intervenção política nas desigualdades em Portugal tem sido muito insuficiente e que as autarquias têm apoiado fortemente as atividades escolares. Lucinda Manuela Dâmaso (Presidente da UGT) frisou, pela sua parte, que este ciclo de conferências nos ajudará a ultrapassar melhor as desigualdades na educação e formação no nosso país e o Presidente da Câmara de Braga, Ricardo Rio, salientou que estamos todos juntos neste combate pela equidade, não podendo desperdiçar os recursos que temos no financiamento do ensino superior.



Ricardo Rio rematou sublinhando que as autarquias estão muito comprometidas com a melhoria de acesso à educação, mas rejeitam servir de bode expiatório do Estado central.



## Ensino Profissional tem de ser mais valorizado



O auditório do Hotel Onix, em Viseu, recebeu a nona e última Conferência do Ciclo de Conferências 2018, que a FNE organiza em conjunto com a UGT, CEFOsap, ISCTE-IUL, CBS e a UFP e que contou com a participação de Luís Pinto de Faria, da Universidade Fernando Pessoa, para uma conferência sobre “EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E CIDADANIA: O TERRITÓRIO COMO PALCO SOCIAL”, e ainda de Conceição Caldeira, da Escola Profissional de Artes Tecnologias e Desporto, para uma conferência sobre “FORMAÇÃO PROFISSIONAL COMO FATOR DE INCLUSÃO SOCIAL”.

A primeira intervenção da sessão de abertura ficou a cargo do Secretário-Geral (SG) da FNE, João Dias da Silva, que chamou a atenção para um ano

de 2019 que será marcado pela luta dos professores na recuperação do seu tempo de serviço de 9 anos, 4 meses e 2 dias, mas também pela necessidade de se discutirem outras questões estruturais do sistema educativo que o Ministério da Educação vai adiando debater. É preciso, nas palavras do SG da FNE, “perceber o que fazer para alcançarmos um sistema para todos e o que deve ser feito na formação e educação para que se contribua para uma sociedade mais justa” afirmou João Dias da Silva a abrir a Conferência.

Em seguida, o Vice-Presidente da Direção do SPZCentro, Jorge Santos, destacou o papel da UGT no desafio pelo desenvolvimento da educação em Portugal, pois apenas a educa-

ção pode permitir a coesão social e oferecer apoio tecnológico para o futuro. Tudo isto passará, segundo Jorge Santos, pelo debate de soluções e pela aposta na qualificação profissional, onde a UGT, através do CEFOsap, tem papel fundamental.

Carlos Silva, Secretário-Geral da UGT, fechou esta sessão de abertura começando por realçar a luta da UGT pela valorização do fator trabalho e pelo recuo das desigualdades. O SG da UGT referiu que “pedimos uma audiência ao Presidente da República pois consideramos que é preciso também existir afetos por quem trabalha no serviço público”, reforçando ainda que “o governo tem de valorizar o trabalho dos sindicatos e o serviço público pois essa é uma das formas de combater as desigualdades”, fechando o seu discurso com a nota de que “reivindicar o 942 é um direito. Este governo não valoriza os seus professores. É tempo deste governo deixar de copiar os tiques autistas do anterior e defender o país e quem faz o bem”.



## «O ESPAÇO ONDE NOS ENCONTRAMOS TEM EFEITOS SOBRE O NOSSO COMPORTAMENTO»

Tempo depois para a primeira conferência. Luís Pinto de Faria, da Universidade Fernando Pessoa, foi o conferencista convidado para falar sobre o tema “EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E CIDADANIA: O TERRITÓRIO COMO PALCO SOCIAL”. O arquiteto começou por demonstrar à plateia alguns exemplos de como valorizamos as instalações urbanas e como isso acaba por interagir com a sociedade, pois, segundo dados estatísticos passamos 90% do nosso tempo dentro de edifícios. Para Luís Pinto de Faria estamos num tempo em que é necessário cada vez mais percebermos que o espaço onde nos encontramos tem efeitos sobre o nosso comportamento buscando exemplos como escolas mais antigas, cujos traços e organização arquitetónica demonstravam o seu elitismo. Daí ter sido defendido pelo conferencista que os estabelecimentos de ensino têm de fazer parte a longo prazo de uma nova estratégia que permita a adaptação ao desenho urbano.

Na intervenção do painel de comentadores, José Luís Abrantes (FNE/SPZC), referiu os problemas da interioridade no país como fator de desigualdade colocando a questão sobre o que fazer para atrair pessoas do litoral para o interior ao passo que Paula Antão (UGT-Viseu) referiu as dificuldades de introdução aos contextos educativos como uma dificuldade no alcançar de uma escola de todos e para todos. Já Joaquim Messias (FNE/SPZC) referiu o desajustamento na forma como se investe na educação pois existiram intervenções no parque escolar, mas os problemas continuam. Segundo o comentador "há falta de vontade política. Há muito por melhorar ao nível estrutural do parque escolar como por exemplo a eficiência energética que é algo que não parece ser uma preocupação", afirmou.



No espaço ao debate foi discutida a questão da criação de planos estruturais para o futuro do parque escolar português e como, de facto, a forma como a escola é organizada nos dias de hoje altera comportamentos nos alunos.

## «O ENSINO PROFISSIONAL EM PORTUGAL TEM A FAMA ERRADA»

A conferência sobre “FORMAÇÃO PROFISSIONAL COMO FATOR DE INCLUSÃO SOCIAL” teve como conferencista convidada Conceição Caldeira, da Escola Profissional de Artes Tecnologias e Desporto. Após uma resenha sobre o contexto histórico do ensino profissional em Portugal, a professora disse que "o ensino profissional em Portugal tem a fama errada pois frequentar este tipo de ensino tem toda a dignidade". Segundo Conceição Caldeira "não podemos focar apenas nos resultados escolares. Há mais para referências para tirarmos conclusões sobre o papel do ensino

profissional" sublinhando ainda que "as escolas profissionais ocuparam um espaço nunca antes ocupado e integrado com o meio em que estão inseridas". A conferencista destacou ainda o combate que se faz nestas escolas para que o aluno não desista e que se tenta gerir a aprendizagem de forma a alcançar soluções diferenciadas levando a que exista pouco abandono escolar no modelo das escolas profissionais havendo ainda bastante empregabilidade.

Os comentadores Luís Manuel Sobreira Lopes (UGT-Viseu), Rui Leandro Maia (Univ. Fernando Pessoa) e Jorge Santos (FNE/SPZC) concordaram na questão de que o ensino profissional não pode ser visto como um ensino que não é humanístico nem científico e continuar a viver algum ostracismo. Rui Leandro Maia, da Universidade Fernando Pessoa, disse que é cada vez mais necessário "aliar o saber ao fazer. Juntar o que se aprende ao que se faz depois nas empresas".





Já no debate que se abriu em seguida à plateia, considerou-se que é preciso apostar nas velhas profissões e que esse é um papel fundamental das escolas profissionais pois a vertente mais prática aplicada nestas escolas vai permitir aos alunos alcançarem um maior sucesso profissional.

A sessão de encerramento iniciou com Manuel Teodósio, Presidente da UGT-Viseu a demonstrar o papel que iniciativas educacionais têm tido na comunidade em Viseu, assim como a aposta na qualificação, onde o CEFO SAP tem tido destaque, pois, como referiu o presidente da UGT-Viseu, "qualificar não é colmatar falhas, mas sim atualizar as exigências que estão sempre a mudar". Em seguida, Lucinda Manuela Dâmaso, Presidente da UGT, na linha da declaração de Manuel Teodósio, reforçou a tradição na formação que a Escola Agostinho Roseta e o CEFO SAP possuem, dizendo ainda que os cursos profissionais são um motor para o sucesso de milhares de alunos sendo também de realçar o papel do ensino profissional na escola inclusiva e numa educação que combata desigualdades. A fechar, o Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Almeida Henriques, destacou o papel dos sindicatos que não podem ser colocados em segundo plano pois os sindicatos são o melhor meio de defesa dos trabalhadores. Almeida Henriques declarou ainda que para a Câmara de Viseu "a educação é uma convicção. Somos um município que quer potenciar as instituições, com principal enfoque no reforço da inclusão social", terminando a sua intervenção realçando que as políticas de proximidade das autarquias permitem resultados diferentes das ações criadas pelo Ministério da Educação.



# FNE E FESAP anunciam Concentração e Greve da Administração Pública para 14 e 15 de fevereiro



A Federação Nacional da Educação (FNE) e a Federação de Sindicatos da Administração Pública (FESAP) anunciaram numa conferência de imprensa conjunta a emissão de um pré-aviso de Greve conjunta para os dias 14 e 15 de fevereiro, tendo em vista a organização de uma grande jornada de luta que pretende inverter a trajetória de perda de poder de compra que os trabalhadores da Administração Pública têm sofrido e levando o Governo a abandonar a política de baixos salários, decidindo por políticas de emprego que valorizem e dignifiquem os salários e as carreiras de todos os trabalhadores.

Com esta greve, as organizações pretendem ainda demonstrar a exigência de políticas concretas de valorização dos trabalhadores da Administração Pública, reconhecendo a sua importância e mobilização para a existência de serviços públicos de qualidade ao serviço dos portugueses.

Pretende-se ainda sensibilizar a opinião pública para os principais problemas que afetam os trabalhadores da Administração Pública, procurando igualmente o definitivo esclarecimento da diferença entre aumento salarial e progressão na carreira, afastando uma confusão que o próprio Executivo tem alimentado e que tem gerado interpretações injustas junto da população em geral e até de alguns setores da Administração Pública, tentando fazer crer que estão a ser dados aos trabalhadores do Estado benefícios que, na realidade, não são mais do que direitos adquiridos e que não têm sido respeitados.

A FNE e a FESAP registaram que durante toda esta legislatura e em todos os orçamentos desde 2016 até 2019 nunca se atingiu a justa valorização dos trabalhadores da administração pública. As decisões tomadas têm provocado em quem trabalha uma

profunda insatisfação. E essa insatisfação tem de ter expressão, pois os problemas por identificados continuam sem solução e sem previsão de iniciativas negociais por parte do Governo para alcançar algum consenso.

A FNE realçou a questão dos Trabalhadores Não Docentes e da insuficiência dramática de funcionários que garantem o funcionamento das nossas escolas, situação que leva a que existam serviços nas escolas que não funcionam por falta de trabalhadores, mas também com uma sobrecarga para aqueles que se mantêm ao serviço, sem esquecer que se tem continuado o recurso à precariedade para resolver muitos dos problemas das escolas. O Ministério da Educação foi até agora incapaz de procurar resolver estes problemas com as organizações sindicais.

Assim, para a FNE e para a FESAP é tempo de dizer ao Governo que tem agido mal, mas que vai a tempo de corrigir, existindo da nossa parte total disponibilidade para negociação e busca de soluções, como acontece, por exemplo em relação à proposta já apresentada pela FNE no início desta legislatura, com vista ao estabelecimento das carreiras especiais dos trabalhadores não docentes e que foi até agora ignorada pelo Governo durante estes 4 anos, do mesmo modo que continua a ignorar a orientação definida pela Lei do Orçamento de Estado para que iniciem as negociações relativas à recuperação integral do tempo de serviço congelado de 9 anos, 4 meses e 2 dias.

O Governo não tem tido uma posição de dignificação nem valorização dos trabalhadores da administração pública, sendo por isso incontornável esta greve, a qual tem toda a justificação, permitindo que os trabalhadores demonstrem a sua insatisfação pela sua situação.

# Governo tem de respeitar Docentes e Assembleia da República

O Secretariado Nacional da FNE esteve reunido em Lisboa, a 16 de janeiro e aprovou a seguinte resolução:

**Considerando** que o Governo não cumpriu a deliberação do Parlamento plasmada em sede do Orçamento de Estado de 2018, no que diz respeito à recuperação do tempo de serviço dos professores (9A4M2D);

**Considerando** o veto do Presidente da República sobre o diploma que o Governo, unilateralmente, aprovou, prevendo apenas a recuperação de 2A9M18D;

**Considerando** que o Orçamento de Estado para 2019 retoma a questão da contagem do tempo de serviço dos Educadores e Professores e reafirma que o tempo de serviço deve ser recuperado, na totalidade, devolvendo ao Governo a iniciativa de iniciar um novo processo negocial com vista a definir o modo e o prazo para a recuperação do tempo;

**Considerando** que os Governos Regionais da Madeira e dos Açores já legislaram no sentido da total recuperação do tempo de serviço congelado;

**Considerando** que as condições do exercício da profissão docente, nomeadamente, a desregulação da componente não letiva do horário de trabalho, a precariedade da função e a deterioração remuneratória, estão num processo de degradação contínua, conduzindo

milhares de educadores e professores a situações de desmotivação e insatisfação pessoal e profissional, contribuindo para o crescente ambiente de exaustão e ruína do seu estado físico e psíquico;

**O Secretariado Nacional da FNE, reunido no dia 16 de janeiro de 2019 em Lisboa, decidiu:**

- **Exigir** a recuperação total do tempo de serviço cumprido nos períodos de congelamento: 9 anos, 4 meses e 2 dias;

- **Apoiar** a proposta subscrita pelas organizações sindicais de docentes que admite um faseamento, para a recuperação dos 9 anos, 4 meses e 2 dias, com produção de efeitos em 1 de janeiro de 2019, semelhante ao que já vigora na Região Autónoma da Madeira;

- **Admitir a possibilidade**, constante da mesma proposta de que, por opção do docente, o tempo a recuperar seja considerado para efeitos de aposentação;

- **Exigir** um tratamento justo e respeito pela vida profissional dos docentes;

- **Rejeitar** que os docentes do Continente sejam discriminados em relação aos demais Educadores e Professores das Regiões Autónomas da Madeira e Açores, exigindo a recuperação de todo o tempo de serviço cumprido;

- **Prosseguir e fortalecer** a campanha que a FNE está a desenvolver, fazendo percorrer o país com a bandeira gigante “**942 – Só queremos o que é nosso!**”, reafirmando que a exigência da recuperação integral do tempo de serviço prestado corresponde a um direito que não pode ser negado;

- **Continuar a investir** na recolha do maior número possível de assinaturas para o abaixo-assinado que está a ser dinamizado sob o lema “**942 Pela Negociação do Modo e do Prazo da Contagem Integral do Tempo de Serviço**”;

- **Exigir** que o processo negocial sobre esta matéria seja retomado até ao final do presente mês de janeiro, através de ofício a remeter nesta mesma data ao Primeiro Ministro;

- **Participar** na concentração de dirigentes, delegados e ativistas sindicais prevista para o dia 24 de janeiro, para dar expressão também à exigência de urgência no início das negociações;

- **Promover** todas as formas de luta legítimas para exigir do Governo o cumprimento do estabelecido em sede de Orçamento de Estado para 2019 em termos do direito à recuperação integral do tempo de serviço congelado, apoiando também as que vierem a ser promovidas pelos sindicatos membros da FNE;

- **Manter** a greve dos Educadores e Professores às atividades não letivas não previstas no seu horário, combatendo desta forma os abusos e ilegalidades cometidas com os horários dos docentes;



## Trabalhadores Não Docentes têm de ser respeitados

O Secretariado Nacional da FNE, realizado no dia 16 de janeiro em Lisboa, aprovou uma resolução onde se considerava e deliberava que:

**Considerando** a atitude de inércia que o Ministério da Educação tem revelado em relação às escolas públicas, que se encontram em situação de rutura,

**Considerando** que os trabalhadores não docentes têm vindo a desencadear processos de contestação e luta para manifestarem o seu descontentamento pelas más condições de trabalho a que estão sujeitos,

**Considerando** que a estes trabalhadores estão atribuídas funções de grande responsabilidade, para garantirem o apoio e a segurança dos alunos bem como a manutenção e higiene das mesmas;

**Considerando** a resolução da Assembleia da República de 15 de dezembro de 2017 que recomenda ao governo que em negociação com as organizações sindicais restabeleça as carreiras dos trabalhadores não docentes (carreiras especiais),

**Considerando** que até esta data essa negociação nunca ocorreu, apesar de haver vários pedidos de reunião por parte das organizações sindicais ao Ministério da Educação para esse efeito;

**Considerando** a publicação de nova alteração à Portaria 1049-A/2008, de 16 de setembro/Diploma dos Rácios, que não atende à realidade das escolas e às condições de trabalho dos Assistentes Operacionais, o que tem levado ao encerramento das escolas por parte destes trabalhadores



**Considerando** que continua a não existir formação profissional/contínua da responsabilidade do Ministério da Educação, desde que terminou o programa de formação PRODEP, o que inviabiliza que os trabalhadores não docentes adquiram mais conhecimentos para trabalhar nos serviços administrativos e com os alunos, nomeadamente os alunos com necessidades de apoio educativo,

**O Secretariado Nacional da FNE, reunido em Lisboa no dia 16 de janeiro de 2019, delibera:**

- **Condenar** a forma como o Governo tem conduzido o processo negocial de valorização salarial dos trabalhadores da Administração Pública, consubstanciado num verdadeiro simulacro de negociação, levando a uma brutal desigualdade entre estes trabalhadores;

- **Repudiar** a decisão do Governo em manter congelado o aumento dos salários que visam acompanhar o aumento do custo de vida e a inflação;

- **Promover e apoiar** formas de luta que levem o Governo a levantar o congelamento generalizado dos

salários dos Trabalhadores dos Serviços Públicos do Estado e que deem expressão ao profundo descontentamento pela insuficiência de trabalhadores não docentes nas escolas e pela ausência de negociação para o restabelecimento das carreiras especiais para estes trabalhadores, nomeadamente com recurso à greve;

- **Exigir** do Ministério da Educação a abertura de um processo negocial que vise a criação da carreira específica dos trabalhadores não docentes das escolas;

- **Exigir** a correção da Portaria de rácios, para que, de uma vez, ela seja construída em termos que tenham aplicabilidade à diversidade de realidades e de necessidades das nossas escolas;

- **Exigir** a adoção de medidas que visem regular a convivência organizacional entre municípios e órgãos de direção das escolas as condições de trabalho dos pessoal não docente;

- **Exigir** condições adequadas para o desenvolvimento do direito a formação contínua para todos os trabalhadores não docentes.

## Arrancou em Mafra a campanha 'AGIMOS JUNTOS - Nas escolas temos de ter profissionais prestigiados e valorizados'



A campanha 'AGIMOS JUNTOS - Nas escolas temos de ter profissionais prestigiados e valorizados' arrancou na Escola Secundária José Saramago, em Mafra e contou com a participação do Secretário-Geral (SG) da FNE, João Dias da Silva, de Rui Inácio da Direção do SDPGL - Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo, de Cristina Ferreira, Presidente do STAAESRA e de Ana Paula Miranda, da Direção do mesmo Sindicato.

A primeira iniciativa do dia foi uma reunião de trabalho com a Diretora Perpétua Franco e a Adjunta Isabel Caetano. Em debate estiveram as ofertas formativas e o projeto educativo da escola, com identificação de limitações e constrangimentos.

Neste encontro, foram apreciados alguns dos problemas com que a escola José Saramago se debate diariamente e também quais as possíveis soluções e projetos que permitam responder aos objetivos de mais sucesso e de mais equidade no serviço público que esta escola desenvolve.

A delegação da FNE foi mais tarde recebida pelo Presidente da Câmara Municipal de Mafra, Dr. Hélder António Guerra de Sousa Silva, num encontro em que ficou patente que o Concelho de Mafra, que vai

receber em maio as celebrações do primeiro dia Mundial do Trabalhador de Apoio Educativo, tem um bom registo ao nível das condições educativas atuais. As questões da descentralização, da transferência de poderes para as autarquias e também a situação do Conselho Municipal de Educação foram alguns dos temas que estiveram em cima da mesa e que permitiram à FNE perceber melhor alguns dos problemas da comunidade educativa local.

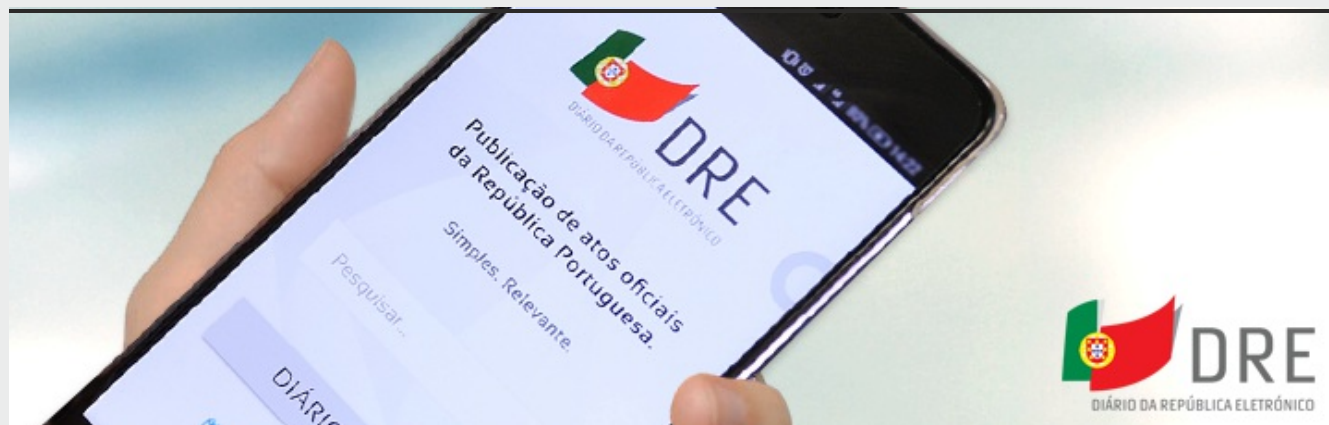
O primeiro dia desta campanha terminou com João Dias da Silva, Cristina Ferreira e Ana Paula Miranda reunidos com Pessoal de Apoio Educativo, num debate onde o SG da FNE começou por integrar o objetivo desta campanha com os tempos de luta que se aproximam, apresentando as linhas orientadoras, deixando no entanto o sinal de que nenhuma conquista é definitiva e é sempre necessário estar pronto para lutar. Matérias como a precariedade, a valorização destes trabalhadores e o restabelecimento das carreiras especiais têm, para a FNE, de voltar a ser debatidas com o Governo. Cristina Ferreira sublinhou a necessidade de que a greve de 14 e 15 de fevereiro da Administração Pública sirva para os Trabalhadores de Apoio Educativo mostrarem ao Governo a sua insatisfação com uma grande mobilização de todos.

# AGIMOS JUNTOS

NAS ESCOLAS TEMOS DE TER PROFISSIONAIS  
**Prestigiados e Valorizados**



# Diplomas publicados em Diário da República janeiro de 2019



## [Despacho nº 10/2019](#)

[DR nº 1/2019,](#)

[Série II de 2019-01-02](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro*

Nomeação de um curador para o conselho de curadores da Fundação Universidade do Porto.

## [Despacho nº 11/2019](#)

[DR nº 1/2019,](#)

[Série II de 2019-01-02](#)

*Educação - Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto*

Nomeia a Doutora Magda Lalandá Mira Nico, personalidade de reconhecido mérito, para integrar a Comissão de Acompanhamento do Plano Nacional para a Juventude.

## [Despacho nº 350-A/2019](#)

[DR nº 5/2019, 1º Suplemento,](#)

[Série II de 2019-01-08](#)

*Educação - Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto*

Designa, em regime de substituição, o Subintendente da Polícia de Segurança Pública, Rodrigo Miguel da Costa Cavaleiro para exercer o cargo de presidente da Autoridade para a Prevenção e o Combate à Violência no Desporto.

## [Despacho nº 327/2019](#)

[DR nº 5/2019,](#)

[Série II de 2019-01-08](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro*

Determina a representação de Portugal no Bologna Follow-up Group (BFUG).

## [Lei nº 4/2019 - DR nº 7/2019,](#)

[Série I de 2019-01-10](#)

*Assembleia da República*

Estabelece o sistema de quotas de emprego para pessoas com deficiência, com um grau de incapacidade igual ou superior a 60%.

## [Despacho nº 536/2019](#)

[DR nº 7/2019,](#)

[Série II de 2019-01-10](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior -*

*Direção-Geral do Ensino Superior*

Composição da comissão de reconhecimento de graus e diplomas estrangeiros.

## [Despacho nº 568/2019](#)

[DR nº 8/2019,](#)

[Série II de 2019-01-11](#)

*Negócios Estrangeiros e Educação - Gabinetes da Secretária de Estado dos*

*Negócios Estrangeiros e da Cooperação, do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas e da Secretária de Estado Adjunta e da Educação*

Rede de cursos do ensino português no estrangeiro da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básicos e Secundário para a África do Sul, Namíbia e Zimbabué.

## [Despacho nº 590/2019](#)

[DR nº 8/2019,](#)

[Série II de 2019-01-11](#)

*Adjunto e Economia, Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional,*

*I.P.*

A extinção dos Centros Qualifica, cuja criação foi autorizada nos termos dos Despachos nº 1971/2017, publicado no DR, 2.ª série, nº 48, de 8 de março, e nº 7534/2017, publicado no DR, 2.ª série, nº 164, de 25 de agosto. [Centros Qualifica promovidos pelas entidades: a) Rota do Guadiana — Associação de Desenvolvimento Integrado — (NUTS III Baixo Alentejo); b) Centro de Promoção Social — Escola Profissional de Carvalhais — (NUTS III Viseu Dão Lafões).]

## [Despacho nº 596/2019](#)

[DR nº 8/2019, Série II de 2019-01-11](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Educação - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência*

Criação da Equipa Multidisciplinar para a Monitorização da Investigação e Desenvolvimento e da Equipa Multidisciplinar para a Convergência dos Sistemas de Informação de Dados Administrativos das Escolas, na DGEEC.

## [Decreto-Lei nº 4/2019](#)

[DR nº 9/2019, Série I de 2019-01-14](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*  
Procede ao reconhecimento de interesse público de duas instituições do ensino superior privadas.



[Decreto-Lei nº 6/2019](#)

[DR nº 9/2019, Série I de 2019-01-14](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*  
Altera a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, quanto à caducidade dos processos disciplinares e às condições de exercício de funções públicas por aposentados ou reformados.

[Despacho nº 779/2019](#)

[DR nº 13/2019,](#)

[Série II de 2019-01-18](#)

*Educação - Gabinetes da Secretária de Estado Adjunta e da Educação e do Secretário de Estado da Educação*  
Define as prioridades de formação contínua dos docentes, bem como a formação que se considera abrangida na dimensão científica e pedagógica.

[Despacho nº 791-A/2019](#)

[DR nº 13/2019, 1º Suplemento,](#)

[Série II de 2019-01-18](#)

*Finanças - Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais*  
Despacho que aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no continente para vigorarem durante o ano de 2019.

[Resolução da AR nº 5/2019](#)

[DR nº 15/2019,](#)

[Série I de 2019-01-22](#)

*Assembleia da República*  
Recomenda o reforço da ajuda humanitária aos cidadãos refugiados da Venezuela para apoiar a sua integração nos países de origem na União Europeia.

[Resolução da AR nº 8/2019](#)

[DR nº 15/2019,](#)

[Série I de 2019-01-22](#)

*Assembleia da República*  
Eleição para o Conselho Superior de Segurança do Ciberespaço.

[Decreto-Lei nº 16/2019](#)

[DR nº 15/2019,](#)

[Série I de 2019-01-22](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*  
Estabelece o regime de acesso e exercício de atividades espaciais.

[Decreto-Lei nº 17/2019](#)

[DR nº 15/2019,](#)

[Série I de 2019-01-22](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*  
Regula a Unidade Politécnica Militar e consagra as especificidades da componente politécnica do ensino superior militar no contexto do ensino superior politécnico.

[Despacho nº 894/2019](#)

[DR nº 16/2019,](#)

[Série II de 2019-01-23](#)

*Educação - Gabinete do Ministro*  
Nomeação para o cargo de presidente do conselho de administração da Caixa de Previdência do Ministério da Educação do Professor Doutor António Manuel Dias Farinha.

[Despacho nº 921/2019](#)

[DR nº 17/2019,](#)

[Série II de 2019-01-24](#)

*Educação - Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Educação*  
Aprova o Manual de Apoio à Reutilização de Manuais Escolares.

[Portaria nº 33/2019](#)

[DR nº 18/2019,](#)

[Série I de 2019-01-25, da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior](#)

Regula aspetos da tramitação procedimental do reconhecimento de graus académicos e diplomas atribuídos por instituições de ensino superior estrangeiras.

[Resolução do Conselho de Ministros nº 21/2019DR nº 20/2019,](#)

[Série I de 2019-01-29](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*  
Determina a adoção da expressão universalista «Direitos Humanos» por parte do Governo e de todos os serviços, organismos e entidades sujeitos aos seus poderes de direção, superintendência ou tutela.

[Aviso nº 1568/2019 - DR nº 20/2019,](#)

[Série II de 2019-01-29](#)

*Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral do Ensino Superior*  
Torna pública a autorização provisória das instalações da Escola Superior de Educadores de Infância Maria Ulrich

[Decreto-Lei nº 21/2019](#)

[DR nº 21/2019,](#)

[Série I de 2019-01-30](#)

*Presidência do Conselho de Ministros*  
Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação.

[Despacho nº 1072/2019](#)

[DR nº 21/2019,](#)

[Série II de 2019-01-30](#)

*Educação - Gabinetes da Secretária de Estado Adjunta e da Educação e do Secretário de Estado da Educação*  
Alteração do Despacho nº 6020-A/2018, de 18 de junho, publicado no DR, 2.ª série, nº 116, de 19 de junho de 2018, que determina o calendário de provas e de exames para o ano letivo de 2018-2019.

[Recomendação nº 1/2019](#)

[DR nº 21/2019,](#)

[Série II de 2019-01-30](#)

*Educação - Conselho Nacional de Educação*  
Recomendação sobre transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais no que se refere à rede pública de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, incluindo o ensino profissional.

[Despacho nº 1088/2019](#)

[DR nº 22/2019,](#)

[Série II de 2019-01-31](#)

*Presidência do Conselho de Ministros, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Gabinetes da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, dos Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Educação e do Secretário de Estado do Emprego*  
Aprova a criação e regulamentação do Quadro Dinâmico de Referência de Competência Digital.

# Objetivo do SIADAP foi congelar remunerações



Acreditarão os trabalhadores da Administração Pública nos objetivos previstos no SIADAP, ao querer obter uma melhor qualidade de trabalho produzida nos serviços públicos?

Claro que não!!

Voltamos ao assunto da avaliação de desempenho, porque o biénio 2017/2018 pelo trabalho desenvolvido pelos trabalhadores públicos encontra-se em processo de avaliação, com os consequentes contrangimentos que verificamos sempre neste processo, desinteresse das chefias pela sua aplicação, desinteresse dos trabalhadores pelo processo avaliativo, pois as carreiras congeladas durante 10 anos e o pagamento da mudança de níveis remuneratórios por fases, iniciada em janeiro de 2018 nas carreiras dos Assistentes Operacionais, com a alteração do Salário Mínimo na Administração Pública para 635€ viram a mudança de nível remuneratório faseada engolida pelo Salário Mínimo Nacional Público.

E deixamos por último nas críticas ao SIADAP o sistema de quotas para avaliação de desempenho relevante e excelente, quotas que provocam muitos descontentamentos nas instituições, no caso da educação nos agrupamentos de escolas, onde verificamos a existência de equipas de trabalhadores com alta qualidade de trabalho, mas que não poderão beneficiar de uma avaliação de desempenho que lhes reconheça o seu mérito por causa das citadas quotas; bem como lhes nega uma progressão remuneratória que era de 3 em 3 anos para a Carreira Administrativa, e de 4 em 4 anos para a Carreira de Auxiliar de Ação Educativa, com o consequente estrangulamento económico das suas carreiras, cuja progressão passou

a ser na generalidade dos funcionários de 10 em 10 anos.

Este foi o grande objetivo do SIADAP: congelamento das remunerações.

Algumas destas situações aqui citadas não deveriam existir nas carreiras dos Funcionários Públicos se tivéssemos um governo minimamente ético, honesto e no momento presente menos eleitoralista, pois apesar de não termos em causa a subida do Salário Mínimo Nacional na Administração Pública para 635€, e de 600€ para os trabalhadores do regime geral, encontramos-nos perante uma estratégia divisionista, fomentada pelo governo, entre os trabalhadores públicos e privados e a consequente destruição do movimento sindical, pois ao subir-se exclusivamente o Salário Mínimo Nacional para a Administração Pública para 635€ para a carreira dos Assistentes Operacionais, sem qualquer aumento salarial nas outras carreiras, verificamos uma aproximação do topo da pirâmide salarial com a sua base e o consequente descontentamento dos trabalhadores para com a sua situação salarial e para com os sindicatos e respetivas desvinculações dos seus associados, com a argumentação “de que os sindicatos não fazem nada pelas suas carreiras”, carreiras que se encontram estáticas há mais de 10 anos.

Parabéns ao Governo

Ganhou ao dividir os seus trabalhadores e a consequente destruição do movimento sindical, a última barreira contra a entidade patronal, quer pública ou privada.

*João Góis Ramalho*  
*Presidente do STAAEZCentro*



# concurso nacional

2018/2019



**o 1º** Era uma vez...  
**De maio**

# REGULAMENTO DO CONCURSO

Tema: 1º Maio - Dia do Trabalhador

## Objetivos

- Compreender o dia 1º de maio como o Dia do Trabalhador;
- Desenvolver o conhecimento sobre o 1º de maio;
- Reconhecer a solidariedade como um valor fundamental da sociedade atual;
- Contribuir para o desenvolvimento do trabalho em grupo.

## Modalidades de Concursos e Condições de Participação

O concurso encontra-se aberto a todos os alunos distribuídos pelos seguintes escalões:

**1º escalão** - Educação para a Infância (pintura e Colagem)

**2º escalão** - 1º Ciclo do Ensino Básico (Pintura)

**3º escalão** - 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico (Pintura)

**4º escalão** - Ensino Secundário (Pintura)

Os trabalhos do 1º escalão (Educação para a Infância) serão unicamente de pintura ou colagem e coletivos (turma ou jardim de infância).

Os trabalhos do 2º escalão (1º Ciclo do Ensino Básico), serão coletivos (turma ou escola)

Os trabalhos dos 3º e 4º escalões, serão de caráter individual.

Cada concorrente, turma ou jardim de infância/escola só pode concorrer com um trabalho.

Os trabalhos não devem ultrapassar o tamanho A3 e o suporte deverá ser papel/cartolina/cartão.

Em cada trabalho deverá constar no verso a etiqueta disponibilizada na contracapa deste folheto, podendo ser fotocopiada.



| COLAR NO VERSO DO TRABALHO                                             |  |
|------------------------------------------------------------------------|--|
| Nome do(s) autor(es) (individual / autores (co et vo))                 |  |
| Escalão: 1   2   3   4                                                 |  |
| Estabelecimento de ensino                                              |  |
| Morada: _____                                                          |  |
| Telefone: _____                                                        |  |
| Endereço correio eletrónico: _____                                     |  |
| A falta de qualquer destes elementos é motivo de exclusão do concurso. |  |

PODE SER FOTOCOPIADO

## Prazos

O prazo de entrega dos trabalhos termina no dia 24 de abril (quarta-feira) de 2019.

## Entrega de Trabalhos

Os trabalhos podem ser entregues diretamente ou enviados por correio para as sedes da FNE do Porto ou de Lisboa.

# ERA UMA VEZ... O 1º DE MAIO

## Júri do concurso

O júri será constituído pelos seguintes elementos:

- Um(a) Representante da FNE
- Um(a) Representante da AFJET
- Um(a) Educador(a) de Infância
- Um(a) Professor(a) do 1º Ciclo do Ensino Básico
- Um(a) Professor de Educação Visual

## Divulgação dos Trabalhos Premiados

No dia 26 de abril de 2019 será divulgada a listagem dos trabalhos premiados, em cada modalidade, através da página [www.fne.pt](http://www.fne.pt) e facebook da FNE.

## Exposição dos Trabalhos

Os trabalhos premiados serão expostos no local onde a UGT - União Geral de Trabalhadores e a FNE - Federação Nacional da Educação, levam a efeito a comemoração do Dia do Trabalhador, no dia 1 de maio de 2019, na cidade de Braga.

Posteriormente os trabalhos serão divulgados nas páginas de internet e facebook da FNE.

## Sessão de Entrega de Prémios

Os prémios serão entregues no local das comemorações, no dia 1 de maio de 2019.

## Prémios

Terão direito a prémio os três melhores classificados em cada escalão.

Os alunos/turma e os estabelecimentos de ensino terão direito a Diploma de Participação.

Os prémios a atribuir, em cada escalão, serão os seguintes:

**1º Prémio** - Tablet \*

**2º Prémio** - Máquina fotográfica \*

**3º Prémio** - Livros / Jogos didáticos \*

## Disposições Finais

Os trabalhos ficam pertença da FNE.

\* os prémios podem ser substituídos por outros de igual valor.



Vê o filme do 1º de maio  
em [tv.fne.pt](http://tv.fne.pt)

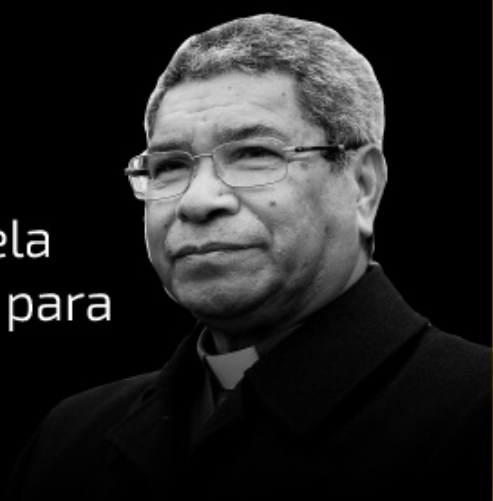
# CAMPANHA DE ANGARIAÇÃO DE FUNDOS PARA A REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO ESCOLAR DO REINO DE KELICAI EM TIMOR-LESTE

## A SUA AJUDA CONTA!

Perante a situação dramática no ensino em Timor-Leste, é urgente, e solicitamos encarecidamente, a ajuda dos professores e educadores portugueses para a reabilitação deste edifício escolar.

Recuperar fisicamente esta escola é o concretizar de um sonho do excelente Homem D. Carlos Ximenes Belo, e ver dela sair para a Nação Timorense e em geral para o mundo, jovens completos de valores humanos.

Foi nesta escola que D. Ximenes Belo estudou, aprendeu e brincou a par da sua actividade como guardador de búfalos. Será para ele, um orgulho ver e apreciar em vida a concretização deste projecto.



<https://kelicai.fne.pt/>





**A SUA  
AJUDA  
CONTA!**



***Faça um donativo  
e deixe a sua mensagem em:***

<https://kelicai.fne.pt/donativo>

***A sua Ajuda Conta!***

**IBAN: PT50 0036 0073 99100070983 64**

**“O Homem deixa de ser Homem,  
no dia em que pensar que nada  
pode fazer pelos outros.”**

Fernando Carvalho

## A Escola do Reino de Kelicai

Edifício construído em 1932, sob a administração do administrador da Circunscrição Civil de Baucau, o Tenente Armando Pinto Correia, um português natural da Ilha da Madeira. Funcionou até 1942 aquando da invasão do território pelas tropas japonesas. Inicialmente esteve direccionado ao ensino primário, tendo como director o Sr. José Diaz Ximenes, um timorense natural de Laleia.



## A Situação Atual da Escola

A partir de 2014, professores, alunos, e povoações compraram folhas de zinco e aproveitaram a Natureza para cortar bambu e folhas de palmeiras e de coqueiros para improvisar tetos, portas e janelas.



**14 e 15 FEVEREIRO 2019**

# **GREVE**

## **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**CONCENTRAÇÃO**  
**LISBOA**  
**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**  
**14 FEV - 15H00**

**PELO FIM DA  
PRECARIEDADE**

**PELA REVISÃO E  
VALORIZAÇÃO  
DAS CARREIRAS**

**POR AUMENTOS  
DAS PENSÕES**

**PELO RESPEITO  
DOS DIREITOS  
DOS TRABALHADORES**

**PELO REFORÇO DA  
NEGOCIAÇÃO COLETIVA**

**PELA CONTAGEM  
DA TOTALIDADE  
DO TEMPO DE SERVIÇO  
PARA EFEITOS DAS  
PROGRESSÕES NA CARREIRA**

**POR AUMENTOS SALARIAIS**

**POR SERVIÇOS PÚBLICOS  
DE QUALIDADE**



**FESAP**

**FICHA TÉCNICA**  
**JANEIRO 2019**

**proprietário**  
Federação Nacional da Educação

**diretor**  
João Dias da Silva

**editor**  
Pedro Barreiros

**produção de conteúdos**  
Joaquim Santos e Tiago Soares

**secretariado**  
Teresa Morais

**sindicatos membros**  
Sindicato dos Professores da Zona Norte \*  
Sindicato dos Professores da Zona Centro \*  
Sindicato Democrático dos Professores da  
Grande Lisboa e Vale do Tejo \* Sindicato

Democrático dos Professores do Sul \* Sindicato  
Democrático dos Professores dos Açores \*  
Sindicato Democrático dos Professores da  
Madeira \* Sindicato dos Professores nas  
Comunidades Lusiadas \* Sindicato dos Técnicos  
Superiores, Assistentes e Auxiliares de  
Educação da Zona Norte \* Sindicato dos  
Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de  
Educação da Zona Centro \* Sindicato dos  
Técnicos Administrativos e Auxiliares de  
Educação do Sul e Regiões Autónomas

**tesoureiro**  
Joaquim Fernandes

**redação**  
Rua Pereira Reis, 399 \* 4200-448 Porto \*  
tel. 225 073 880 \* fax. 225 092 906 \*  
secretariado@fne.pt

**produção gráfica e paginação**  
Rafael Marques e Tiago Soares

